

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	17
§ 1. O objeto deste livro.....	17
§ 2. De onde viemos e para onde vamos: o modelo utópico de IVA que originou a Nossa Reforma Tributária e o processo legislativo da EC 132/23.....	20
§ 3. O método e a estrutura deste livro.....	27
 TÍTULO I GÊNESE DA EC 132/23 E DA LC 214/25 	
CAPÍTULO I	OS “NOVOS” PRINCÍPIOS INFORMADORES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
	35
§ 1. Os princípios da Reforma Tributária	35
§ 2. Simplicidade	39
§ 3. Transparência.....	42
§ 4. Justiça Tributária	45
§ 5. Cooperação.....	48
§ 6. Defesa do Meio Ambiente.....	51
§ 7. Neutralidade	53
CAPÍTULO II	O FATO GERADOR DO IBS E DA CBS.....
	55
§ 1. O fato gerador do IBS e da CBS na Constituição de 1988.....	55
§ 2. O fato gerador do IBS e da CBS na Lei Complementar 214/25.....	58
§ 3. O fato gerador do IBS na proposta do Grupo dos Samurais.....	64
§ 4. O fato gerador do IBS na proposta do CCiF	72
CAPÍTULO III	A NÃO CUMULATIVIDADE DO IBS E DA CBS
	79
§ 1. A não cumulatividade do IBS e da CBS na Constituição de 1988 e na LC 214/25.....	79
§ 2. A não cumulatividade do IBS na proposta do Grupo dos Samurais	82
§ 3. A não cumulatividade do IBS e da CBS na proposta do CCiF	84

TÍTULO II

ANÁLISE DE TEMAS ESPECÍFICOS

CAPÍTULO IV	<i>SPLIT PAYMENT</i> E A EXTINÇÃO DOS DÉBITOS, O RESSARCIMENTO E OS REGIMES DE APURAÇÃO DO IBS E DA CBS.....	89
	§ 1. Neutralidade e a extinção dos débitos do IBS e da CBS.....	89
	§ 2. As hipóteses de extinção dos débitos do IBS e da CBS previstas no art. 27 da LC 214/25	90
	§ 2.1. Compensação com créditos apropriados pelo contribuinte	90
	§ 2.2. Pagamento pelo contribuinte.....	91
	§ 2.3. Recolhimento na liquidação financeira da operação (<i>split payment</i>).....	91
	§ 2.4. Recolhimento pelo adquirente.....	94
	§ 2.5. Pagamento pelo responsável	94
	§ 3. Pagamento indevido ou a maior e ressarcimento.....	94
	§ 4. Regimes de apuração	96
	§ 4.1. Apuração pelo contribuinte	96
	§ 4.2. Apuração assistida	97
CAPÍTULO V	O REGIME DE TRANSIÇÃO DO IBS E DA CBS.....	99
	§ 1. O regime de transição durante os anos de 2026 e 2035.....	99
	§ 2. O regime de transição das alíquotas	100
	§ 2.1. O regime de transição das alíquotas do IBS.....	100
	§ 2.2. O regime de transição das alíquotas da CBS.....	103
	§ 3. Disposições comuns à transição do IBS e da CBS	105
	§ 4. As alíquotas de referência do IBS e da CBS.....	115
	§ 4.1. As alíquotas de referência do IBS e da CBS durante os anos de 2027 a 2033.....	115
	§ 4.2. As alíquotas de referência do IBS e da CBS durante os anos de 2034 e 2035.....	119
	§ 4.3. Elaboração dos cálculos e procedimentos a serem adotados para a fixação das alíquotas de referência.....	120
	§ 5. O regime de transição de compras governamentais.....	126
	§ 6. O regime de transição e o reequilíbrio de contratos administrativos.....	129
	§ 7. O regime de transição e a utilização do saldo credor do PIS e da COFINS....	133

REFORMA TRIBUTÁRIA

	§ 8. O regime de transição e os critérios, limites e procedimentos relativos à compensação de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais do ICMS	139
	§ 9. O regime de transição e os bens de capital.....	142
	§ 10. As disposições finais do regime de transição.....	146
CAPÍTULO VI	A TRIBUTAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.....	149
	§ 1. Energia e transição energética.....	149
	§ 2. As peculiaridades do setor de Energia	151
	§ 3. Os avanços no setor de Energia introduzidos pela Reforma Tributária....	153
CAPÍTULO VII	A TRIBUTAÇÃO DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.....	157
	§ 1. A tributação do setor de combustíveis.....	157
	§ 2. A tributação do setor de combustíveis à luz da EC 132/23.....	158
	§ 3. A tributação do setor de combustíveis à luz da LC 214/25	161
	§ 3.1. A lista taxativa de combustíveis prevista no art. 172 da LC 214/25.....	161
	§ 3.2. As alíquotas da CBS incidentes sobre o setor	163
	§ 3.3. As alíquotas do IBS incidentes sobre o setor	164
	§ 3.4. Sujeição passiva.....	165
CAPÍTULO VIII	DESAFIOS NA TRIBUTAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.....	169
	§ 1. O impacto da Reforma Tributária sobre a Zona Franca de Manaus.....	169
	§ 2. Desafios a serem enfrentados na tributação da Zona Franca de Manaus.....	170
	§ 3. Medidas a serem adotadas para lidar com os desafios na tributação da Zona Franca de Manaus após a Reforma Tributária	171
CAPÍTULO IX	A REFORMA TRIBUTÁRIA E A MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS.....	173
	§ 1. Antigo regime jurídico da Zona Franca de Manaus.....	173
	§ 2. Antigo regime jurídico da Zona Franca de Manaus.....	175
	§ 3. A inconstitucionalidade da alínea “e” do art. 441 da LC 214/25.....	176
	§ 3.1. A proibição da concessão de novos benefícios fiscais na Zona Franca de Manaus	176
	§ 3.2. Desequilíbrio concorrencial	178

	§ 3.3. Violação à igualdade.....	180
	§ 3.4. Proibição de instituição tratamento favorecido a combustíveis fósseis em detrimento de biocombustíveis	181
	§ 3.5. Violação ao pacto federativo e proibição de renúncia fiscal.....	182
	§ 4. A ineficácia da alínea “e” do art. 441 da LC 214/25	185
CAPÍTULO X	A TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.....	189
	§ 1. A tributação de operações com bens imóveis introduzida pela EC 132/23.....	189
	§ 2. O regime específico de tributação de operações com bens imóveis instituído pela LC 214/25	190
	§ 2.1. Hipótese de incidência.....	190
	§ 2.2. Momento de ocorrência do fato gerador	192
	§ 2.3. Base de cálculo e alíquota.....	193
	§ 2.4. Sujeição passiva	194
	§ 2.5. Redutor de Ajuste e Redutor Social.....	195
CAPÍTULO XI	A TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, MEI E NANOEMPREENDEDOR APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA	199
	§ 1. A arrecadação tributária do Simples Nacional, MEI e nanoempreendedor	199
	§ 2. As regras de apuração tributária aplicáveis ao Simples Nacional e adaptações realizadas pela LC 214/25.....	201
	§ 2.1. Manutenção da Carga Tributária no Simples Nacional.....	203
	§ 2.2. Alteração da RBT12: aumento do prazo para determinação da alíquota efetiva.....	206
	§ 2.3. Ampliação da Base de Cálculo e novo conceito de Receita Bruta	207
	§ 2.4. Efetivação da Opção pelo Simples Nacional	208
	§ 3. A EC 132/2023 e a “opção da opção”: apuração de IBS e CBS no Simples Nacional.....	208
	§ 3.1. Condições para opção pelo Simples Nacional e pelo Regime Regular.....	209
	§ 3.2. Sublimite do IBS	210
	§ 4. Adaptações ao período de transição: novos anexos do Simples Nacional	210

REFORMA TRIBUTÁRIA

	§ 5. Repercussões da Reforma Tributária no Microempreendedor Individual-MEI e a criação da figura do Nanoempreendedor	211
	§ 6. Comitê Gestor do Simples Nacional x Comitê Gestor do IBS	213
CAPÍTULO XII	O REGIME ESPECIAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA REFORMA TRIBUTÁRIA	215
	§ 1. O novo regime de compras governamentais estabelecido pela Reforma Tributária na Constituição	215
	§ 2. O novo regime de compras governamentais estabelecido pela Reforma Tributária na LC 214/25	217
CAPÍTULO XIII	O ABSURDO LÓGICO E JURÍDICO DA INCLUSÃO DO IBS E DA CBS NAS BASES DE CÁLCULO DO ICMS E DO ISS	225
	§ 1. O IBS e a CBS na Constituição de 1988, conforme introduzido pela EC 132/23	225
	§ 2. O absurdo lógico da inclusão do IBS e da CBS nas bases de cálculo do ICMS e do ISS	226
	§ 3. O absurdo jurídico da inclusão do IBS e da CBS nas bases de cálculo do ICMS e do ISS	230

TÍTULO III

A NOVA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 3.0

CAPÍTULO XIV	A NOVA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 3.0 DO IBS	235
	§ 1. A Administração Tributária do IBS na Constituição	235
	§ 2. A competência do Comitê Gestor na Constituição	237
CAPÍTULO XV	O COMITÊ GESTOR E A NOVA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	239
	§ 1. Introdução	239
	§ 2. A Inédita Integração Federativa: o Legado dos 305	240
	§ 3. Opção pelo IVA Dual	241
	§ 4. Contencioso Tributário	242
	§ 5. O Comitê Gestor do IBS	242
	§ 6. Créditos Presumidos	243
	§ 7. O Regulamento da CBS/IBS	244
	§ 8. Conclusão	245

CAPÍTULO XVI	A RECEITA FEDERAL E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 3.0	247
	§ 1. O novo Sistema Informatizado para a CBS	247
	§ 2. As diretrizes da OCDE divulgadas no relatório “ <i>Tax Administration 3.0: The Digital Transformation of Tax Administration</i> ”	250
	§ 3. O novo sistema informatizado da CBS e a Administração Tributária 3.0	253
CAPÍTULO XVII	O NOVO “LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO 3.0” DESENVOLVIDO PARA O SISTEMA CBS E O FIM DA MALDIÇÃO DO “LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO” ...	257
	§ 1. A maldição do lançamento por homologação	257
	§ 2. A estrutura e o funcionamento do sistema CBS desenvolvido pela SERPRO	261
	§ 3. O sistema CBS e o fim do lançamento por homologação	263
CAPÍTULO XVIII	O SONHO POSSÍVEL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA INTEGRADA 3.0	265
	§ 1. “Sonhar o sonho impossível. Lutar contra o inimigo imbatível”	265
	§ 2. “[...] Correr onde os bravos não ousam ir. Corrigir o erro incorrigível. Tentar quando os braços estão exaustos”	267
	§ 3. “Alcançar a estrela inalcançável. Esta é minha busca, seguir aquela estrela”	269